

A EDUCAÇÃO INDÍGENA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL

Daurineth Alves Prado¹
Elimeire Alves de Oliveira²
Tiago Moreno Lopes Roberto³
Ijosiel Mendes⁴
Amanda da Silva Cuim⁵
Melka Carolina Faria Catelan⁶

RESUMO: A educação indígena no Brasil passou por diferentes fases, desde a catequização Jesuítica no período Colonial até o reconhecimento da educação diferenciada na Constituição Federal de 1988. O presente estudo investiga os desafios e avanços dessa modalidade educacional, analisando aspectos históricos, legislativos e estruturais. A pesquisa, de caráter bibliográfico e documental, evidencia que, apesar do arcabouço normativo favorável, a efetivação da educação indígena ainda enfrenta barreiras significativas, como a precariedade da infraestrutura escolar, a escassez de professores qualificados e a ameaça à diversidade linguística. Além disso, a padronização curricular e a carência de materiais didáticos específicos comprometem a valorização dos saberes indígenas. Os resultados indicam que investimentos na formação docente, na estrutura das escolas e na produção de conteúdos pedagógicos adequados são fundamentais para garantir uma educação intercultural e bilíngue efetiva. Conclui-se que, embora tenha havido avanços, a educação indígena ainda necessita de políticas públicas mais efetivas para consolidar sua proposta de ensino inclusivo e culturalmente respeitoso.

2575

Palavras-chave: Educação indígena. Escolas indígenas. Diversidade cultural.

¹Licencianda em Pedagogia Faculdade Futura.

²Docente e Coordenadora no Curso de Pedagogia na Faculdade Futura de Votuporanga. Mestre em Ensino e Processos Formativos (UNESP). Especialista em Gestão Escolar (UNICAMP). Graduada em Letras (UNIFEV). Graduada em Pedagogia (Faculdade de Antônio Augusto Reis Neves). Graduada em Direito (UNIFEV). Orcid: <https://orcid.org/0002-4672-6013>.

³Graduado em Psicologia (UNIFEV); Licenciado em Pedagogia (UNIBF); Mestre em Psicologia da Saúde (FAMERP); Doutorando em Ciências da Saúde (FAMERP); Especialista em Saúde Mental (FUTURA); Especialista em ABA (FUTURA); Gestor de Políticas Acadêmicas (FUTURA); Docente no Curso de Psicologia e Odontologia (UNIRP). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5689-7468>

⁴Graduado em Matemática, (UNIFEV), Especialista em Matemática (UNICAMP), Especialista em Matemática no Ensino Médio (UFSCAR), Mestrado em Matemática (UNESP). Docente da Faculdade Futura de Votuporanga Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0238-5058>

⁵Docente na Faculdade Futura de Votuporanga, Docente na Prefeitura de Votuporanga. Mestre em Ensino e Processos Formativos (UNESP). Especialista em Educação Infantil e Ensino Fundamental, Coordenação Pedagógica (UFSCAR). Graduada em Pedagogia (UNIFEV). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6274-3526>

⁶Docente na Faculdade Futura. Graduada em Matemática (UNESP) Graduação em Pedagogia (Centro de Educação Continuada) Mestrado em Matemática (UNESP); Coordenadora de Área (SEE/SP). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0241-4058>

ABSTRACT: Indigenous education in Brazil has gone through different phases, from the Jesuit catechization in the Colonial period to the recognition of differentiated education in the Federal Constitution of 1988. This study investigates the challenges and advances of this educational modality, analyzing historical, legislative and structural aspects. The research, of a bibliographic and documentary nature, shows that, despite the favorable regulatory framework, the implementation of indigenous education still faces significant barriers, such as the precariousness of school infrastructure, the shortage of qualified teachers and the threat to linguistic diversity. In addition, curricular standardization and the lack of specific teaching materials compromise the appreciation of indigenous knowledge. The results indicate that investments in teacher training, in the structure of schools and in the production of appropriate pedagogical content are fundamental to guarantee an effective intercultural and bilingual education. It is concluded that, although there have been advances, indigenous education still needs more effective public policies to consolidate its proposal of inclusive and culturally respectful teaching.

Keywords: Indigenous education. Indigenous schools. Cultural diversity.

RESUMEN: La educación indígena en Brasil ha pasado por diferentes fases, desde la catequización jesuita en el período colonial hasta el reconocimiento de la educación diferenciada en la Constitución Federal de 1988. Este estudio investiga los desafíos y avances de esta modalidad educativa, analizando aspectos históricos, legislativos y estructurales. La investigación, de carácter bibliográfico y documental, muestra que, a pesar del marco regulatorio favorable, la implementación de la educación indígena aún enfrenta barreras importantes, como la precariedad de la infraestructura escolar, la escasez de profesores calificados y la amenaza a la diversidad lingüística. Además, la estandarización curricular y la falta de materiales didácticos específicos comprometen la valorización del conocimiento indígena. Los resultados indican que las inversiones en la formación docente, la estructura escolar y la producción de contenidos pedagógicos apropiados son fundamentales para garantizar una educación intercultural y bilingüe eficaz. Se concluye que, si bien ha habido avances, la educación indígena aún necesita políticas públicas más efectivas para consolidar su propuesta de enseñanza inclusiva y culturalmente respetuosa.

2576

Palabras clave: Educación indígena. Escuelas indígenas. Diversidad cultural.

INTRODUÇÃO

A colonização do Brasil foi um processo marcado por intensos conflitos e desigualdades que ainda reverberam na contemporaneidade. Para compreender essa assimetria, é fundamental analisar a drástica redução da população indígena desde a chegada dos colonizadores. Estima-se que, no século XVI, aproximadamente quatro milhões de indígenas pertenciam a mil etnias distintas, enquanto dados recentes indicam que essa população se reduziu para cerca de 1.693.535 pessoas distribuídas em 305 grupos étnicos (Brasil, 2023). Esse cenário reflete não apenas um

processo de genocídio, mas também um apagamento cultural, intensificado pela imposição da língua portuguesa e da religião cristã.

Durante séculos, a educação formal brasileira esteve pautada por uma perspectiva eurocêntrica que desconsiderava a diversidade cultural do país, marginalizando conhecimentos e tradições indígenas e africanas. Apenas com a Constituição Federal de 1988 ocorreu o reconhecimento formal da necessidade de uma educação diferenciada para as populações indígenas, respeitando suas culturas e línguas maternas. Esse avanço foi consolidado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, que estabeleceu diretrizes para a oferta de ensino específico nas escolas indígenas. No entanto, desafios persistem, incluindo a carência de infraestrutura, recursos didáticos adequados e formação docente especializada.

Diante desse contexto, este estudo parte da hipótese de que investimentos na estrutura das escolas indígenas e na formação de professores podem garantir o direito à educação de forma equitativa, sem comprometer as identidades culturais dessas comunidades. Assim, a pesquisa busca contribuir para a valorização da educação indígena, analisando seus desafios e propondo reflexões para o aprimoramento das políticas educacionais voltadas a esses povos. O objetivo geral do artigo é investigar os principais entraves para a efetivação do direito à educação básica nas comunidades indígenas. Para isso, foram definidos objetivos específicos, como a análise histórica da educação indígena no Brasil, o levantamento da legislação pertinente, a caracterização das escolas indígenas e a identificação dos desafios estruturais e pedagógicos nesse contexto.

A metodologia adotada consiste em uma pesquisa bibliográfica e documental, baseada na análise de textos acadêmicos, livros, periódicos e legislações, com abordagem qualitativa na interpretação dos dados.

2577

A EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO INDÍGENA NO BRASIL

A trajetória da educação indígena no Brasil reflete a complexidade das interações entre os povos originários e o Estado, marcada por processos de imposição cultural e, mais recentemente, por avanços na construção de um modelo educacional específico. Ferreira (apud Bergamasch & Silva, 2007) identifica quatro fases na educação escolar indígena: (i) catequização jesuítica (1549); (ii) criação do Serviço de Proteção ao Índio (1910); (iii) militarização e controle estatal (1960-1970); e (iv) reconhecimento da autonomia indígena na educação (a partir da década de 1980).

A primeira fase, com a chegada dos colonizadores e missionários jesuítas, teve como objetivo a assimilação dos indígenas por meio da catequização e do ensino da língua portuguesa, buscando sua integração à sociedade ocidental. Essa política foi caracterizada pela imposição de um modelo homogêneo de educação, que desconsiderava as línguas e tradições indígenas (Melià, 1999). A segunda fase, iniciada com o SPI, manteve essa lógica, utilizando a educação como meio de nacionalização e integração forçada dos povos indígenas (Oliveira & Nascimento, 2012).

A terceira fase, sob o regime militar, aprofundou o controle social sobre as comunidades indígenas, utilizando a educação como ferramenta para a expansão territorial e o domínio estatal. A criação da Fundação Nacional do Índio (Funai), em 1967, intensificou a militarização das aldeias e a manutenção do modelo integracionista (Lopes, 2011). Somente na quarta fase, a partir dos anos 1980, os próprios povos indígenas passaram a reivindicar um modelo educacional que respeitasse suas especificidades, o que culminou no reconhecimento constitucional da educação indígena diferenciada na Constituição Federal de 1988.

A EDUCAÇÃO INDÍGENA NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

A legislação brasileira sobre educação indígena tem evoluído para garantir a 2578 interculturalidade e o bilinguismo no ensino. A Constituição Federal de 1988 assegura o direito à educação escolar indígena específica, garantindo o uso da língua materna e a valorização dos saberes tradicionais (Brasil, 1988). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, 1996) reforçou esse direito, prevendo a criação de escolas indígenas e a formação de professores específicos para essas comunidades (Brasil, 1996).

Além disso, resoluções e diretrizes curriculares posteriores estabeleceram parâmetros para a implementação da educação indígena, como a Resolução CEB nº 3/1999 e a Resolução CNE/CEB nº 5/2012, que regulamentam a estrutura curricular das escolas indígenas, e o Decreto nº 26/1991, que atribuiu ao Ministério da Educação a responsabilidade pela coordenação da educação indígena. A Lei nº 11.645/2008, por sua vez, tornou obrigatória a inclusão da história e cultura indígena nos currículos escolares nacionais.

CARACTERÍSTICAS E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

A educação indígena no Brasil é caracterizada por seu modelo comunitário, intercultural e bilíngue, conforme estabelecido pelo Referencial Curricular Nacional para as Escolas

Indígenas (Brasil, 1988). Dados do Censo Escolar de 2022 indicam a existência de 3.541 escolas situadas em terras indígenas e 3.597 escolas regulares que oferecem educação indígena (INEP, 2023). Essas escolas devem funcionar de maneira a respeitar a organização social e os ciclos de vida das comunidades, adaptando seus calendários e metodologias às necessidades locais.

Contudo, desafios estruturais e pedagógicos persistem, como a precariedade da infraestrutura escolar, a escassez de professores indígenas qualificados e a insuficiência de materiais didáticos específicos (Zanin, Silva & Cristófoli, 2018). Além disso, a perda de línguas indígenas representa uma ameaça à identidade cultural dessas comunidades, uma vez que muitas delas estão em risco de extinção devido à predominância do português como língua oficial (Maia, 2006; Brasil, 2024).

A produção de materiais didáticos adequados também se mostra uma lacuna crítica. Conforme Gersem Baniwa (Luciano, 2006), a maioria das escolas indígenas ainda segue diretrizes curriculares baseadas no modelo educacional ocidental, desconsiderando os saberes e práticas indígenas. Nesse sentido, Torquez (2019) defende a necessidade de um currículo construído a partir das narrativas e experiências locais, promovendo o protagonismo indígena na elaboração dos conteúdos educacionais.

2579

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os achados deste estudo indicam que, apesar dos avanços legislativos no reconhecimento da educação indígena diferenciada, persistem barreiras significativas para sua implementação eficaz. A análise histórica demonstra que, até a década de 1980, a educação escolar indígena esteve pautada na assimilação cultural e na integração forçada dos povos indígenas à sociedade nacional. Somente a partir da Constituição de 1988 ocorreu um reconhecimento oficial do direito à educação intercultural e bilíngue.

O arcabouço normativo que regulamenta a educação indígena, incluindo a LDB e as Diretrizes Curriculares Nacionais, representa um avanço importante, mas sua materialização ainda enfrenta desafios estruturais e pedagógicos. A precariedade das escolas indígenas, evidenciada por pesquisas que apontam a existência de unidades escolares em condições inadequadas (Eye, 2023), compromete a qualidade do ensino e a permanência dos estudantes.

Além disso, a formação de professores indígenas permanece uma questão crítica. Embora tenha havido um aumento de 47% no número de docentes indígenas com ensino superior entre 2013 e 2022 (INEP, 2022), esse índice ainda é insuficiente para atender à demanda

das comunidades. Outro ponto sensível é a ameaça à diversidade linguística. Dados do Ministério da Educação apontam que, das 1.500 línguas indígenas faladas no período colonial, apenas 274 ainda resistem ao processo de extinção (Brasil, 2024).

A recente aprovação do Projeto de Lei nº 3.690/2019, que prevê ações para a preservação das línguas indígenas, representa um avanço, mas sua efetivação depende da mobilização de lideranças indígenas e da criação de estratégias pedagógicas que fortaleçam o ensino bilíngue nas escolas. A ausência de materiais didáticos específicos também se apresenta como um obstáculo relevante, exigindo políticas voltadas à produção de conteúdos alinhados às realidades socioculturais dos povos indígenas (Torquez, 2019).

CONCLUSÃO

A análise histórica e normativa da educação indígena no Brasil revela uma trajetória de resistência e avanços graduais, que vão desde a imposição colonial até o reconhecimento constitucional do direito à educação diferenciada. No entanto, os desafios estruturais e pedagógicos ainda limitam a concretização desse direito de forma plena.

A falta de infraestrutura, a escassez de docentes qualificados e a ameaça à preservação das línguas indígenas configuram os principais entraves à efetividade da educação indígena. O modelo intercultural e bilíngue, garantido legalmente, ainda carece de investimentos para se consolidar na prática. O fortalecimento da formação docente e a produção de materiais didáticos contextualizados emergem como prioridades para garantir uma educação que respeite e valorize os saberes e tradições indígenas.

Diante desse cenário, torna-se fundamental que as políticas públicas avancem para além da legislação, promovendo ações concretas que garantam não apenas o acesso, mas a permanência e a valorização da identidade cultural indígena no ambiente escolar.

REFERÊNCIAS

BERGAMASCHI, Maria Aparecida; SILVA, Rosa Helena Dias da. Educação escolar indígena no Brasil: da escola para índios às escolas indígenas. *Ágora. Santa Cruz do Sul*. Vol. 13, n. 1 (jan./jun. 2007), p. 124-150, 2007.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição* da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República.

_____. Decreto nº 26, de 4 de fevereiro de 1991. Dispõe sobre a Educação Indígena no Brasil. Brasília, DF. 04 de fevereiro de 1991.

_____. Diretrizes para a política nacional de educação escolar indígena. Em Aberto Brasília, ano 14, n.63, jul./set. 1994. Disponível em <https://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/2297/2036>. Acesso em 16 out. 2024

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Brasília, p. 27833, 23 dez. 1996.

_____. **Decreto nº 5.051.** Convenção nº 169 da OIT Sobre Povos Indígenas e Tribais: MEC/SEF, 2002

_____. **Resolução CEB nº 3, de 10 de novembro de 1999.** Fixa Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas e dá outras providências. http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcebo3_99.pdf

_____. Câmara dos deputados. **Projeto de lei nº 3.690, de 2019** Dispõe sobre o desenvolvimento de programa de preservação, recuperação e transmissão das línguas indígenas brasileiras. Disponível em <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2387436>. Acesso em 16 de out. 2024

_____. Ministério da Educação **Parâmetros Curriculares Nacionais em ação educação escolar indígena:** as leis e a educação escolar indígena. Brasília, 2002.

_____. Ministério da Educação. **Referenciais para a formação de professores indígenas.** Brasília: SEF/MEC, 2002.

2581

_____. Ministério dos Povos Indígenas. Fundação Nacional Dos Povos Indígenas. **Quem são.** 2023 Disponível em <https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/povos-indigenas/quem-sao>. Acesso em 31 de mai. 2024

_____. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. **Parecer n. 14/99.** Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena.

_____. INEP. **Censo Escolar:** Educação em terras indígenas: o que diz o Censo Escolar. 2023. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/educacao-em-terras-indigenas-o-que-diz-o-censo-escolar>. Acesso em 08 Out. 2024

_____. IPEA. Catálogo de Políticas Públicas. 2024 - **Programa Língua Indígena Viva no Direito.** Disponível em <https://catalogo.ipea.gov.br/politica/926/programa-lingua-indigena-viva-no-direito>. Acesso em 16 de out. 2024.

EYE, Rudybert Barros von. **Metodologia e políticas públicas para implementação de infraestrutura escolar em comunidades indígenas.** Observando os aspectos de sustentabilidade do ambiente construído. 2023. 392 f., il. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) — Universidade de Brasília, Brasília, 2023. Disponível em <http://repositorio.unb.br/handle/10482/49731>. Acesso em 15 out. 2024.

FUNDO BRASIL. 2021. **Povos Indígenas: história, cultura e lutas.** <https://www.fundobrasil.org.br/blog/povos-indigenas-historia-cultura-e-lutas/>. Acesso em 10 Mar. 2024

GRUPONI, Luís. Experiências e desafios na formação de professores indígenas no Brasil. **Em Aberto**, v. 20, n. 76, 2003.

INSTITUTO UNIBANCO. Observatório da Educação Ensino Médio e Gestão. **Coleção debate Educação Escolar Indígena.** 2022. Disponível em: <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/cedoc/colecoes/detalhe/colecao-educacao-escolar-indigena>. Acesso em Out. 2024.

LADEIRA, Maria Elisa. Desafios de uma política para a educação escolar indígena. **Revista de Estudos e Pesquisas**, 2004.

LOPES, Danielle Bastos. **O Movimento Indígena na Assembléia Nacional Constituinte (1984-1988).** 2011. 186 f. Dissertação (Mestrado em História Social do Território) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2011.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje.** Brasília: MEC/SECAD; LACED/Museu Nacional, 2006. 233p. (Coleção Educação Para Todos. Série Vias dos Saberes n. 1) Disponível em <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000154565>. Acesso em out. 2024

MAIA, M. A revitalização de línguas indígenas e seu desafio para a educação intercultural bilíngüe. **Tellus**, [S. l.], n. 11, p. 61-76, 2014. DOI: 10.20435/tellus. vo111.105. Disponível em: <https://www.tellus.ucdb.br/tellus/article/view/105>. Acesso em: 15 out. 2024. 2582

MELIÀ, Bartomeu. Educação indígena na escola. **Cadernos Cedes**, v. 19, p. 11-17, 1999.

MORELLO, R. (2001). **A Língua Portuguesa pelo Brasil: Diferença e Autoria.** Tese de Doutorado em Linguística. Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, Campinas. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-18132013000200010. Acesso: Jan 2025

OLIVEIRA, L. A. DE.; NASCIMENTO, R. G. DO. Roteiro para uma história da educação escolar indígena: notas sobre a relação entre política indigenista e educacional. **Educação & Sociedade**, v. 33, n. 120, p. 765-781, jul. 2012.

SILVA, Marcio. A conquista da escola: educação escolar e movimento de professores indígenas no Brasil. **Em Aberto**, v. 14, n. 63, 1994.

TASSINARI, Antonella Maria Imperatriz; GOBBI, Izabel. Políticas públicas e educação para indígenas e sobre indígenas. **Educação**. Santa Maria , v. 34, n. 01, p.95-112, abr. 2009.
Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64442009000100007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em mai. 2024.

TROQUEZ, Marta Coelho Castro. Currículo e materiais didáticos para a educação escolar indígena no Brasil. **Educação e Fronteiras**, Dourados, v. 9, n. 25, p. 208-221, 2019. DOI: 10.30612/eduf.v9i25.11102. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/educacao/article/view/11102>. Acesso em: 14 out. 2024.